

JE

Jornal dos Economistas

Nº 348 Agosto de 2018

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Um projeto econômico para 2019

Luiz Carlos Bresser-Pereira, Marcelo Dias Carcanholo, Dercio Garcia Munhoz e André Guimarães debatem a crise econômica e opções para a retomada do desenvolvimento no novo governo



Trabalho de Juliana Teixeira Brasileiro,
terceiro colocado no Prêmio de Monografia

FPO responde se despesa com pessoal
foi a vilã da crise do Estado do Rio de Janeiro

Um projeto econômico para 2019

A presente edição discute opções para um projeto econômico que permita ao país retomar o desenvolvimento econômico e social no ano que vem, já com novo governo eleito.

O bloco temático começa com artigo do ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira sobre sua proposta de um projeto novo-desenvolvimentista, cujos pilares são uma política fiscal expansionista no plano dos investimentos e contracionista no campo das despesas. Os investimentos devem ser prioritariamente em infraestrutura. Quanto aos cortes, ele defende o congelamento de salários dos servidores públicos de nível mais alto, a reforma da previdência e a suspensão por três anos das vinculações constitucionais das despesas públicas.

Marcelo Dias Carcanholo, da UFF, defende a modificação radical da atual política econômica de austeridade e reversão das reformas neoliberais, que pressupõem uma radical alteração do bloco de poder no país. Ele indaga se alguma das candidaturas presidenciais estaria disposta a seguir esse caminho.

Dercio Garcia Munhoz, ex-presidente do Conselho Federal de Economia, analisa as causas que determinaram a atual crise econômica, marcada por desemprego alarmante. Para superá-la, ele sugere um refinanciamento pelos bancos para as dívidas das famílias, no estilo Refis, e a reativação da taxa de paridade para o câmbio comercial.

André Guimarães, da UFF, entende que a crise e o momento eleitoral atual no Brasil não podem ser compreendidos sem uma abordagem global e de longo prazo. Ele analisa no seu artigo o modo contemporâneo de acumulação capitalista, o neoliberalismo. A forma de superá-lo, conclui o autor, é por meio de uma aliança que não faça nenhum tipo de conciliação com o grande capital.

Fora do bloco temático, publicamos o resumo do trabalho *A Filosofia Moral de Smith: revisitando o Das Adam Smith Problem*, de Juliana Teixeira Brasileiro, da UFF, terceiro colocado no 27º Prêmio de Monografia Celso Furtado.

O artigo do Fórum Popular do Orçamento responde a seguinte questão: a despesa com pessoal foi a vilã da crise do Estado do Rio de Janeiro? Com esse propósito, o texto analisa a situação fiscal do estado sob a ótica do gasto com pessoal.

Sumário

Projeto	3
<i>Luiz Carlos Bresser-Pereira</i>	
Um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil	
Projeto	5
<i>Marcelo Dias Carcanholo</i>	
O que é uma estratégia econômica alternativa?	
Projeto	7
<i>Dercio Garcia Munhoz</i>	
Imperioso reverter a crise gerada por um conjunto de heresias	
Projeto	10
<i>André Guimarães</i>	
Eleições, neoliberalismo e luta de classes	
Monografia	12
<i>Juliana Teixeira Brasileiro</i>	
A Filosofia Moral de Smith: revisitando o Das Adam Smith Problem	
Fórum Popular do Orçamento	14
Pessoas transformam o mundo	
Fotolegenda	16
Vencedores da VIII Gincana Regional de Economia	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, às segundas de 9h às 10h e de terça a sexta de 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz ou na internet: www.aepet.org.br.

Um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil

Luiz Carlos Bresser-Pereira*

A economia brasileira enfrenta duas crises: uma quase estagnação de longo prazo, que se originou da mudança de um regime de política econômica desenvolvimentista para um liberal e dependente em 1990, e uma crise de curto prazo, definida por grave desajuste fiscal e uma recuperação muito lenta da economia depois da forte recessão de 2014-16. Que fazer diante desse quadro?

Em relação à crise de curto prazo, o mais importante é os brasileiros elegerem um candidato que tenha um projeto claro para superar essas duas crises.

No projeto novo-desenvolvimentista, o mais importante é a definição imediata de uma política fiscal expansionista no plano dos investimentos e contracionista no campo das despesas. Essa política, devidamente baseada na recuperação da capacidade administrativa e de engenharia de projetos do Estado, consistirá em forte expansão dos investimentos na infraestrutura, realizado diretamente pelo Estado ou através de concessões. Esses investimentos são necessários para que a recuperação econômica se acelere e a receita de impostos volte a aumentar.

Quanto ao corte da despesa corrente, é preciso, primeiro, congelar os salários dos servidores públicos de nível mais alto; segundo, aprovar a reforma da previdência; e, terceiro, ao mesmo tempo que se revoga a emenda do teto, suspender por três anos as vinculações constitucionais das despesas públicas.

Essas medidas fiscais devem ser completadas imediatamente com um aumento de impostos. O ideal seria simplesmente restabelecer a CPMF e dar a ela, novamente, uma validade provisória.

Esta política fiscal será também importante para resolver o problema de longo prazo da economia brasileira – o das baixas taxas de investimento e poupança do setor privado, que são causados, de um lado, por uma taxa de juros muito alta e uma taxa de câmbio sobreapreciada no longo prazo que inviabilizam o investimento na indústria, e, de outro, pela baixa taxa de poupança e investimento no setor público, cuja principal causa é o montante absurdo de juros pago pelo Estado brasileiro aos capitalistas rentistas e aos financistas.

Além do problema fiscal, é preciso atacar essa armadilha de juros altos e câmbio apreciado. O objetivo da política de juros será manter um “nível” da taxa de juros baixo em termos reais, pouco acima do internacional, nível esse em torno do qual o Banco Central realizará sua política monetária.

A taxa de juros básica baixou devido à brutal recessão, mas ainda continua alta. Acompanhando o novo esforço fiscal do governo, o Banco Central deverá baixar firmemente sua taxa de juros. Ao mesmo tempo, deverá enviar uma emenda constitucional ao Congresso que proíba a existência de toda e qualquer ação ou contrato envolvendo o Estado brasileiro. Essa medida é necessária para eliminar a inércia inflacionária que serve de justificativa para juros bá-

sicos altos. E o governo deverá dar o exemplo, realizando uma reforma monetária que, entre outras coisas, elimine os títulos públicos indexados.

Quanto à taxa de juros de mercado, que não caiu correspondentemente à queda da taxa básica durante a recessão, isto se deve ao fato que os bancos aumentaram seus *spreads* quando caiu a demanda por empréstimos. Isto foi possível devido ao caráter cartelizado do sistema bancário brasileiro. Não há solução fácil para o problema, mas o apoio às *fintechs* pode ser um caminho.

Em relação à taxa de câmbio, a reforma monetária deverá também prever a criação de um Conselho Cambial Nacional, de composição semelhante à do COPOM, para definir a política cambial. A taxa de câmbio deve continuar a ser fluante, mas essa flutuação deve ser rigorosamente administrada pelo novo conselho e pelo Banco Central, que continuará responsável pela execução da política.

O objetivo da política cambial será manter a taxa de câmbio “competitiva”, ou seja, que torne competitivas as empresas que usam a melhor tecnologia disponível. Não é possível determinar com precisão essa taxa, mas uma coisa é certa: ela requer um superávit em conta-corrente entre um e dois por cento do PIB devido à existência de doença holandesa. A razão para isto é o fato de que a taxa de câmbio varia de acordo com o saldo em conta-corrente. Se o país decide “crescer com poupança externa” (ou seja, com dé-



ficit em conta-corrente), atraindo capitais para isto, ele está também decidindo apreciar a taxa de câmbio, porque o país passa a receber, todos os anos, um adicional de dólares que aumentam sua oferta no mercado interno e apreciam a moeda nacional enquanto o déficit perdurar.

Ao defender superávit em conta-corrente, a proposta, portanto, rejeita a política sempre fracassada de tentar crescer com “poupança externa”. Por uma simples razão – porque geralmente o déficit em conta-corrente não causa aumento do investimento, mas do consumo, mesmo que os recursos externos venham sob a forma de investimentos diretos. Na verdade, as respectivas entradas de capital apreciam a moeda nacional, roubam a competitividade das empresas industriais competentes, inclusive as multinacionais aqui instaladas, enquanto estimulam o consumo dos trabalhadores, cujos salários, e dos

rentistas, cujos juros, dividendos e aluguéis ganham valor com a apreciação da moeda nacional.

A reforma monetária deverá também prever uma retenção variável sobre a exportação de commodities que, completada com um fundo soberano, neutralizará a doença holandesa. Dessa maneira, as duas causas da sobreapreciação cambial crônica – a doença holandesa e os juros altos – serão devidamente enfrentadas. Essa retenção não representará um custo para os exportadores de commodities, porque o que eles pagarem sob a forma de retenção, eles receberão de volta em termos de depreciação cambial. A reforma deverá conter dispositivo associado à retenção que garanta ao agronegócio – que é uma fonte de riqueza inestimável para o Brasil – que o preço real de suas exportações será garantido, ou seja, se outros fatores que não o preço internacional das commodities causarem apreciação da taxa de câmbio, o preço real recebido pelos produtores será assegurado.

A política cambial terá como instrumentos estruturais a baixa do nível da taxa de juros e o mecanismo de neutralização da doença holandesa, mas deverá ser complementada com a adoção de um maior controle sobre os movimentos de capitais e pela política de compra e venda de reservas.

A política econômica que estou propondo que o novo governo adote – este projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil – é um projeto *crítico* do populismo econômico, seja ele fiscal – quando o Estado gasta mais do que arrecada irresponsavelmente e incorre em déficits públicos que não são contracíclicos – ou cambial: quando o Estado-nação, o Brasil como um todo, gasta mais do que arrecada

com suas exportações e incorre em déficit em conta-corrente.

A política econômica proposta não é uma política sem custos para o novo governante. Se este, uma vez eleito, escolher como auxiliares economistas ortodoxos, eles realizarão o ajuste fiscal, mas nele incluirão os investimentos públicos, e ignorarão o problema cambial, porque, nesse ponto, são populistas cambiais: não querem ouvir falar de depreciação cambial porque esta não interessa aos rentistas e aos financistas; para eles o ajuste deve recair apenas sobre os trabalhadores. Se, ao invés, escolher como auxiliares economistas populistas de esquerda, estes não farão nem o ajuste fiscal, nem o cambial, não se dando conta que o ajuste cambial é substancialmente menos custoso para os trabalhadores do que para os rentistas.

Desenvolvo estas ideias no livro *Em Busca do Desenvolvimento Perdido – uma proposta novo-desenvolvimentista para o Brasil*, que a Editora da Fundação Getúlio Vargas acaba de publicar. Escrevi esse livro cumprindo um dever republicano. Acredito que o novo desenvolvimentismo é uma macroeconomia do desenvolvimento nova, que permite um diagnóstico correto dos problemas enfrentados pelo Brasil, e do qual é possível derivar uma política econômica clara de como resolvê-los. Em um momento tão difícil como o que hoje enfrenta o Brasil, me senti na obrigação de expor essas ideias que são simples e claras. São difíceis de serem implementadas no plano político? Sim. É por isso que hoje precisamos de um estadista para governar o Brasil.

* É professor emérito da Fundação Getúlio Vargas.

Em Busca do Desenvolvimento Perdido Uma proposta novo-desenvolvimentista para o Brasil

de Luiz Carlos Bresser-Pereira

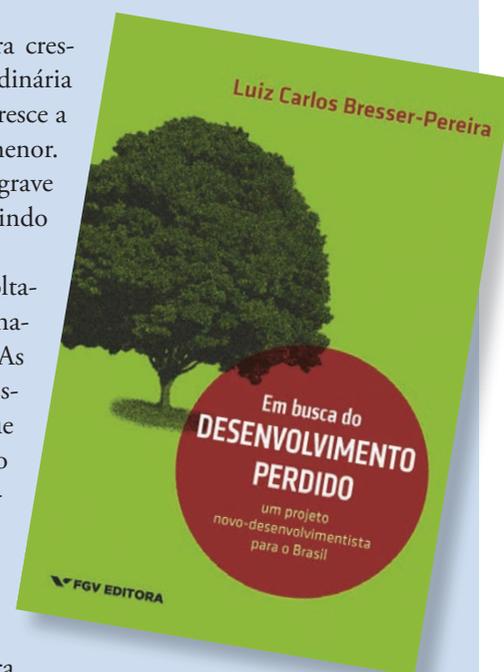
A economia brasileira cresceu de forma extraordinária até 1980. Desde então cresce a uma taxa quatro vezes menor. Em 2014, entrou em grave recessão, da qual vem saindo de forma muito lenta.

Quando o Brasil voltará a ter um projeto de nação e desenvolvimento? As elites liberais dizem que isto não é necessário – que basta disciplina fiscal, o resto o mercado resolve. A esquerda populista diz que basta aumentar a despesa pública e os salários.

Para Bresser-Pereira, estes dois caminhos estão equivocados. Ele concorda com os pós-keynesianos, que é preciso manter a demanda agregada, e com os desenvolvimentistas, que é preciso reindustrializar o Brasil, mas é preciso mais do que isto.

Em primeiro lugar, diz Bresser, é preciso uma teoria que explique por que a taxa de investimento é tão baixa, por que a taxa de juros é sempre tão alta, por que a taxa de câmbio permanece apreciada no longo prazo, porque essas são as principais causas da desindustrialização e do baixo crescimento.

Ele propõe um projeto econômico para o Brasil que deriva diretamente dessa teoria.



Ele tem propostas de reforma institucional e de políticas econômicas que mantenham equilibradas as duas contas macroeconômicas – a fiscal e a das transações correntes – e mantenham *certos* os cinco preços macroeconômicos: a taxa de juros, a taxa de câmbio, a taxa de salários, a taxa de lucro e a taxa de inflação.

Tudo isso escrito em linguagem simples e clara, para que todo brasileiro educado e dotado de espírito público possa ler, entender, debater, e ajudar a defender o Brasil contra suas elites alienadas e dependentes.

Editora da FGV